



TÓPICOS DE TEORIA, PRÁTICA E ENSINO DE HISTÓRIA

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS
(Sócio emérito do IHGSP)

Fontes, monumentos e documentos históricos

O historiador, no seu trabalho de investigação do passado, trabalha com documentos que ficaram desse passado. São suas fontes, nas quais ele se abebera das informações indispensáveis para tentar conhecer, compreender e analisar uma realidade que não viveu.

O que são, propriamente, as fontes à disposição do historiador? Como extrair delas documentos utilizáveis no seu trabalho historiográfico?

No século XIX, teve grande voga o positivismo, crença de caráter científico, determinista e evolucionista, segundo a qual a História era um traçado linear perfeitamente pré-determinado e previsível. O próprio marxismo pagava pesado tributo a essa mentalidade, na medida em que traçava leis que supunha inelutáveis para o desenvolvimento das sociedades.

A mentalidade científica da época influenciou profundamente a Historiografia, e um dos efeitos dessa influência é que os historiadores de inspiração positivista sobrevalorizaram o documento escrito e oficial, único (ou quase único) elemento considerado por eles válido para uma análise histórica científica. *“Scripta manent, verba volant”* (as coisas escritas permanecem, enquanto as palavras voam), pensava-se. O admirável Fustel de Coulanges tem uma frase que é profundamente verdadeira ou profundamente falsa, dependendo da interpretação que se lhe dê: *“Pas de documents, pas d’Histoire”*. Sem documentos, não se faz história. É verdadeira, se entendermos documentos em sentido amplo, como entendemos hoje; é falsa se considerarmos documentos apenas em sentido estrito, ou seja, apenas documentos escritos e oficiais, como se entendia no tempo dele.

E aqui tocamos no ponto central da questão: o que é documento, o que é fonte histórica?

Reproduzo o texto curto e lapidar da apostila adotada como livro de texto, nas aulas que ministro no Curso de Pós-Graduação em História Militar da UNISUL:

Quanto à sua natureza, os documentos podem ser orais, monumentos ou documentos. No que se refere às suas categorias, os documentos podem ser classificados como imateriais ou materiais. Em ambos os casos, podem ser voluntários ou involuntários.¹

Note-se, na primeira oração do texto citado, que a palavra “documentos” é utilizada duas vezes, exprimindo dois conceitos distintos, sendo o primeiro bem mais amplo que o segundo, e até mesmo englobando o segundo.

No primeiro caso, “documentos” devem ser entendidos como “fontes históricas” – ou seja, fontes à disposição do historiador, para este selecionar e trabalhar na elaboração da sua visão histórica.

No segundo caso, o substantivo “documentos” tem sentido mais restrito, podendo aproximar-se mais do conceito popular corrente e de senso comum sobre documento, ou seja, aquilo que preferencialmente, se bem que não exclusiva nem necessariamente, se traduz na forma de um documento escrito. Ainda neste segundo caso, a palavra “documentos” pode significar o material selecionado e escolhido pelo historiador, dentre as fontes históricas disponíveis, para utilizar em seu trabalho historiográfico.

Penso que o período citado poderia ganhar em clareza – para o grande público não especializado na terminologia historiográfica – se assim fosse redigido: “*Quanto à sua natureza, as fontes históricas podem ser orais, monumentos ou documentos propriamente ditos*”.

Passo à análise do conteúdo do texto citado.

— Documentos orais

Documentos orais, claro está, se contrapõem a documentos escritos. São documentos orais aqueles passados de boca a ouvido, aqueles conservados na memória e transmitidos oralmente.

É muito difícil para nós, que vivemos em nosso tempo, compreender

¹ PARENTE, Paulo André Leira; SANCHES, Marcos Guimarães. *Teoria e Metodologia da História*. Palhoça: UNISUL Virtual, 2010, p. 50.



como pode haver verdadeira cultura e pensamento profundo sem escrita. Saber ler e escrever, na nossa ótica, parece condição indispensável para o pensamento e a cultura. Quem não sabe ler e escrever, imaginamos, é necessariamente inculto, ignorante, ignaro. Um ser inferior, portanto. Nem sempre foi assim.

No passado, nas sociedades ágrafas, a transmissão da cultura se fazia por via oral. A memória era, dessa forma, privilegiada, sendo as pessoas capazes de reproduzir com extrema fidelidade tudo quanto ouviam de importante, porque prestavam muita atenção no que ouviam e refletiam muito sobre aquilo. O senso crítico também ficava aguçado, porque as pessoas se habituavam a julgar cada coisa que ouviam, para reter somente o que realmente merecia ser conservado.

Sócrates, como é bem sabido, já viveu numa sociedade letrada, mas criticava a escrita e nunca quis escrever seus ensinamentos. O que deles restou, chegou-nos por seu discípulo Platão, que escreveu diversas obras sem embargo de também ser um crítico da escrita, em si. Sócrates privilegiava acima de tudo a busca do desconhecido, a procura daquilo que não se sabe, mais do que a mera transmissão do já sabido. “*Só sei que nada sei*” era a frase com que sintetizava sua rica e diversificada filosofia. Na sua ótica, escrever era fixar o pensamento de modo imutável, fechando-o e impedindo que tivesse continuidade a incansável busca de coisas novas.

Já Platão discutiu sobre a verdadeira natureza da escrita. Seria ela uma auxiliar da memória, ou uma fonte do esquecimento? Que ela auxilia a memória é fora de dúvida. Mas que ela também favorece o esquecimento, como negá-lo? Desde que se anotou algo numa agenda, não mais é preciso fixar naquilo a atenção nem exercitar a memória. Podemos nos entregar comodamente à distração, podemos deixar nosso pensamento livremente correr por outros temas mais agradáveis e prazerosos, porque, quando for preciso, a anotação escrita trará de volta a informação desejada. A memória é uma faculdade do espírito humano que necessita de exercício. Sem exercício, ela tende a se estiolar, a enfraquecer cada vez mais. Daí ser a escrita, paradoxalmente, auxiliar da memória e assassina dessa mesma memória...

Quando consideramos que na Idade Média pouquíssimas pessoas sabiam ler e escrever, julgamos erradamente que a maioria esmagadora da população estava chumbada, de modo irremediável, na mais crassa ignorância. Isso não é verdade, porque a cultura oral era muito intensa e a visual – pela

via simbólica – era também muito marcada. Carlos Magno somente aprendeu a ler depois dos 30 anos de idade, e até morrer teve muita dificuldade para escrever. Isso não o impediu de ser um dos maiores cérebros do seu tempo, capaz de despertar e orientar o grandioso movimento cultural conhecido como renascimento carolíngio; tampouco o impediu de participar de concílios, discutindo validamente questões filosóficas e teológicas com bispos e monges peritos nessas questões; isso, sem falar de que também foi um genial governante, um administrador de excepcional talento e um dos maiores chefes militares de toda a História.

O historiador francês Georges Duby escreveu um livro clássico sobre William Marshall, militar e político inglês que viveu na passagem do século XII para o XIII. Personagem célebre na história medieval, conseguiu vencer em torneios, ao longo de sua vida, a mais de 500 adversários, sem nunca ter sido derrotado em combate singular. Serviu a quatro reis e chegou a ser regente do Reino inglês, governando-o eficazmente durante a menoridade de Henrique III. O fato de ser analfabeto não o impediu de exercer com grande competência todas as complexas funções de governo, com suas implicações políticas, diplomáticas e administrativas. Foi, no seu tempo, um dos homens mais poderosos e influentes de toda a Cristandade. Em certa passagem de seu livro, Duby louva a retentiva de Marshall com estas palavras: “*Memória exata, infalível, prodigiosamente rica, a de todos os homens desse tempo que não sabiam ler nem escrever*”. E acrescenta que tais homens

(...) deviam confiar plenamente do que o seu cérebro arquivasse, e por isso se rodeavam de precauções para não deixar atrofiar-se essa faculdade natural, adestrando-a espontaneamente pelo canto, pela declamação, a mímica, a ruminação do que ouviam.²

Recentemente estive no Brasil uma grande medievalista portuguesa, Profa. Ana Isabel Buescu, da Universidade de Lisboa, e ministrou na UNESP, campus de Franca, um curso sobre a cultura no século XV. A certa altura da sua exposição, a professora fez uma afirmação que jamais esquecerei. Disse ela que a cultura oral e visual era tão disseminada entre a população anal-

² DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª. ed., 1995, p. 52.



fabeta do século XV que, com toda a certeza, qualquer camponês iletrado saberia explicar, nos seus pormenores, o significado de cada figura esculpida numa catedral melhor do que nós, hoje, podemos fazê-lo, apesar de todo o nosso conhecimento acumulado, apesar de nossos diplomas universitários e da facilidade que temos para consultar a qualquer momento enciclopédias e obras especializadas.

— Monumentos e documentos

Na linguagem popular corrente, utiliza-se a palavra monumento para designar estátuas, lápides, edificações de natureza diversa destinadas a perpetuar a memória de alguém ou de alguma coisa. A noção de monumento, pois, está quase indissociavelmente ligada à ideia de um objeto material intencionalmente feito ou preservado “*ad perpetuam rei memoriam*” – para a perpétua memória da coisa. Ainda na linguagem corrente do português falado em nossos dias, pode-se usar, por extensão, a palavra monumento para designar alguma obra que, pela sua grandiosidade, mereça ter a memória perpetuada. Assim, pode-se dizer que “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, constituem um verdadeiro *monumento* da Literatura brasileira.

Etimologicamente, porém, se recuarmos até a forma *monumentum*, do Latim, o sentido é bem mais amplo. Monumento significa “*tudo o que lembra alguém ou alguma coisa, o que perpetua uma recordação, qualquer monumento comemorativo*”, mas significa também “*monumentos escritos, marca, sinal por onde se pode fazer um reconhecimento, uma identificação*”.³ Já a distinção entre monumento e documento, que se faz geralmente na historiografia moderna, é baseada na proposta por Jacques Le Goff em *História e Memória*.⁴ Esse autor francês, recentemente falecido, propôs uma distinção terminológica que, embora não constitua unanimidade e possa, até mesmo, ser objetável, é hoje corrente entre os historiadores, inclusive sendo adotada e incorporada pela citada apostila.

Para se entender a distinção proposta por Le Goff, devemos esquecer um pouco o significado que as palavras monumento e documento têm na

3 MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência/Livros Horizonte, 1967, t. II, p. 604, verbete Monumento.

4 Campinas: Editora Unicamp, 1994.

linguagem corrente de nossos dias, mas devemos analisar a etimologia das duas, considerando que, no passado, os sentidos de ambas até certo ponto se confundiam. Documento provém do verbo latino *docere*, ensinar. Documento é, pois, sinônimo de ensinamento. O ensinamento pode ser escrito, pode ser oral e pode também ser simbólico, sem necessariamente se exprimir em linguagem escrita ou falada. O verdadeiro sentido da palavra documento, pois, vai muito além do significado estrito de documento escrito, como entendiam os historiadores positivistas do século XIX, que supervalorizavam o documento escrito e oficial, e como o linguajar popular corrente consagrou.

A proposta de Le Goff é, de certa forma, voltar ao sentido mais próximo do original dos termos e designar como *monumento* tudo quanto se herdou do passado, no sentido muito amplo e abrangente. Ele propõe também designar como *documento* aquilo que o historiador escolhe para seu trabalho historiográfico, de acordo com sua criteriologia e sua respectiva escala de valores. Ele restringe, pois, o sentido da palavra documento. Um escrito do passado que tenha chegado até nós, ainda que perfeitamente preservado, é um *monumento* e não é, por si mesmo, um *documento*; somente será documento se for selecionado e utilizado por um historiador. Essa distinção, proposta por Le Goff, um tanto dissonante do sentido usual da linguagem corrente, tem algo de arbitrário e, portanto, algo de objetável, mas sem dúvida é muito clara, didática e funcional, adequando-se perfeitamente às necessidades terminológicas dos historiadores. Acabou por se impor.

— Imateriais ou materiais

Os documentos podem ser materiais ou imateriais. Que são documentos imateriais? São, como o próprio nome diz, aqueles que não se materializam, não se corporificam. Um exemplo, entre muitos outros: a existência registrada, entre índios brasileiros, de uma versão do mito do dilúvio universal, com Tamandaré (o “Noé” dos Tupi), é algo não material. Mas poderia ser selecionado como documento, por um historiador que relacionasse esse mito com mitos análogos provenientes de outras partes do mundo, com relatos bíblicos, com fontes mesopotâmicas (como a saga de Gilgamesh, anterior à escrita da própria Bíblia) etc., com vistas a sustentar uma eventual tese sobre a remota origem dos índios brasileiros.



— Voluntários ou involuntários

Alguém pode querer deixar sua marca na história, pode querer perenizar uma lembrança. É o caso, por exemplo, de um homem primitivo que tenha pintado, na parede de uma caverna, uma cena de caça ou de luta. Esse mesmo homem pode, também, deixar involuntariamente sua marca na história, por exemplo, se abandonar restos de comida ou um vaso de barro quebrado. Esse “lixo” pré-histórico, analisado com cuidado, revela uma imensidade de coisas acerca da vida de nossos ancestrais. É tipicamente um documento involuntário.

Os restos mortais dos homens e mulheres de outros tempos também são involuntariamente muito reveladores, pois o arqueólogo, ajudado pela Medicina e fazendo uso de moderníssimas técnicas de pesquisa, pode conhecer muitas coisas, numa profundidade maior do que, muitas vezes, um médico de nossos dias poderia atingir interrogando e examinando pacientes vivos em seu consultório.

Mesmo documentos escritos podem, *contrario sensu*, revelar involuntariamente o que não foi intencionalmente escrito. Certas omissões intencionais são muito reveladoras. Le Goff se estende, na obra citada, sobre os cuidados que o historiador deve tomar para não se limitar à letra do texto em si, exclusivamente, como propunham os positivistas, mas saber ir além do texto, inserindo-o num contexto, problematizando-o, interrogando o que nele não está dito e questionando o que nele está dito. Não me estenderei sobre isso, porque seria ultrapassar demasiado o espaço aqui disponível.

* * *

Anacronismo, o mais imperdoável dos pecados

Segundo o historiador francês Lucien Fèbvre, o anacronismo é “*le péché des péchés, le péché entre tous irrémissible*” (o pecado dos pecados, o mais imperdoável dos pecados) que pode cometer um historiador. Com essa afirmação, que se tornou axiomática, Fèbvre – fundador, com Marc Bloch, da famosa “*Revue des Annales*”, que a partir de 1929 renovou os estudos históricos em todo o Ocidente – apontou o que talvez seja, realmente, o maior perigo que ameaça o nosso ofício.

O anacronismo pode se manifestar quando estudamos determinado período histórico e, sem nos darmos conta disso, imaginamos os personagens daquele período como tendo conhecimentos, valores, modos de agir e de pensar da nossa época, ou de outras épocas históricas. Dessa projeção subconsciente decorrem erros de interpretação que podem alterar a fundo a objetividade do trabalho de análise.

O anacronismo pode se manifestar na utilização de palavras ou expressões fora do seu tempo. Por exemplo, quando lemos um romance de fundo histórico ambientado na Idade Média e um personagem utiliza a expressão “ovo-de-colombo”; ou quando, num filme hollywoodiano, vemos fileiras de arqueiros da Roma Antiga dispararem suas flechas à voz de comando do seu chefe, que brada alto e bom som “Fire!”...

Às vezes, o anacronismo é bem sutil e difícil de ser detectado. Um historiador que examine uma carta escrita por um personagem histórico de 15 anos, do século XVIII, facilmente pode ser levado a imaginá-lo com as características que têm hoje os adolescentes dessa faixa de idade, sem considerar que o fenômeno que hoje conhecemos como “crise da adolescência” é recente na História e simplesmente inexistia na sociedade patriarcal e tradicional de antigamente.

Outro exemplo, ainda: no passado havia, obviamente, atração sexual entre pessoas de sexo oposto e esse fator influenciava, como não podia deixar de ser, as escolhas matrimoniais; mas não havia o “casamento por amor”, algo que somente se generalizou no mundo nos dois últimos séculos, a partir do movimento romântico. O casamento, até princípios do século XIX, era pragmaticamente visto como um contrato em que, mais do que duas pessoas, uniam-se duas famílias. A atração física também entrava, entre muitos outros elementos, mas a mera atração sentimental geralmente não tinha grande papel na escolha. Em romances históricos e filmes, entretanto, é comum vermos, em personagens antigos, modelos românticos perfeitamente anacrônicos.

Outro exemplo de anacronismo temos em historiadores marxistas que, ao escreverem sobre a Idade Média, valorizam em demasia os aspectos econômicos e menosprezam as motivações religiosas das pessoas. De fato, a religião ocupava, na vida dos medievais, um papel muito mais marcante do que em nossos tempos de laicismo e indiferentismo religioso. O próprio Marx, aliás, já recomendava cautela a discípulos seus que, sem maiores re-



flexões, queriam aplicar a sociedades pré-capitalistas as regras do materialismo dialético.

São frequentes os anacronismos em livros de história, em obras de ficção e, sobretudo, em filmes e seriados televisivos aclimatados em ambientes históricos do passado. Exercício sempre interessante e culturalmente enriquecedor é procurar exemplos de anacronismo. No premiado filme “O Gladiador” (2000), dirigido por Ridley Scot e tendo Russell Crowe com ator principal, aparecem catapultas inexistentes na época e um cachorro de uma raça que somente existiria séculos depois. E disseram-me (não cheguei a reparar nesse pormenor) que, a certa altura, um romano, que assistia às lutas dos gladiadores, consultou as horas... no seu relógio de pulso! No filme brasileiro “Guerra de Canudos” (1997), dirigido por Sérgio Rezende, a atriz Marieta Severo representou – aliás, muito bem – o papel de uma sertaneja que luta em Canudos... com as sobrancelhas cuidadosamente trabalhadas e bem delineadas, como se tivesse acabado de sair de um salão de beleza!

Talvez nenhuma época histórica tenha sua compreensão tão prejudicada, pelas distorções produzidas pelo anacronismo, como a Idade Média.

No Medievo, a sociedade se ordenava de modo hierárquico e estamental, em três faixas distintas (clero, nobreza e povo), com funções distintas na organização social. O clero não pagava impostos, mas rezava, pensava, ensinava e cuidava da saúde da população. Cabia-lhe prover ao que presentemente é atribuição dos ministérios da Educação, da Cultura e da Saúde – é claro que com as limitações e as peculiaridades da época, com os critérios culturais e valorativos do tempo. Ignorá-lo, seria, precisamente, anacronismo.

A nobreza governava e lutava. Também não pagava imposto em dinheiro, mas pagava o “*impôt de la sang*”, o imposto do sangue. Os plebeus não eram obrigados a combater, essa obrigação era dos nobres, os quais também tinham o dever de caçar. A caça, que mais tarde se tornou um esporte e uma atividade prazerosa, durante séculos foi uma rude e sacrificada obrigação, já que a Europa era infestada por feras que punham em risco a vida da população. Lobos, ursos, javalis e, mais remotamente, grandes felinos, durante muito tempo ameaçaram a segurança das populações europeias. Os nobres, caçando, protegiam as populações indefesas e, ao mesmo tempo, preparavam-se para a guerra, sua obrigação maior. Os nobres eram senhores territoriais, mas estavam proibidos de comerciar e não era bem visto guardarem dinheiro. Poder fazer comércio e acumular bens era privilégio do “terceiro

estado”, que trabalhava a terra e pagava impostos. Desse privilégio popular e da urbanização, ocorrida a partir do século XII, decorreria o surgimento de uma classe burguesa, que foi crescendo em poder e acabou, como é bem sabido, por desbancar a nobreza e até mesmo a realeza.

A sociedade medieval era entendida como um organismo vivo. Nele, cada órgão desempenhava seu papel específico, em ordem ao bom funcionamento do conjunto. Clero, nobreza e povo se equilibravam, para benefício de todos, como registra Jacques Castelnau:

A vida, que na Idade Média repousa antes de tudo na igreja, tem um segundo ponto de apoio: o castelo. Ela é, ao mesmo tempo, religiosa e heroica. Esse heroísmo, quem o encarna e simboliza, é o senhor feudal, que, assim como o padre, nasceu de uma necessidade popular. Lembraivos dos desesperos dos primeiros tempos da cristandade. Sobre as ruínas acumuladas pelos bárbaros, ergueu-se o bispo, com a cruz na mão, ensinando a existência de um mundo sobrenatural e melhor. Acreditou-se nele, e a vida se tornou menos rude. A seu lado, apareceu o nobre, com a espada na mão. E as populações inquietas se sentiram reconfortadas, porque se viram defendidas. Em troca desses dois socorros, o homem do povo levou ao homem de Deus e ao homem da guerra os frutos de suas plantações, as colheitas de seus campos, o duro trabalho de seus músculos. Todos acharam que o negócio era bom. A sociedade medieval, composta de elementos díspares, forma, assim, um conjunto harmonioso, a classificação dos indivíduos correspondeu a uma necessidade, sua hierarquia correspondeu a um entendimento e a um contrato.⁵

Por mais que pareça estranha aos homens de nosso tempo, a divisão da sociedade medieval em três estamentos era algo natural e a ninguém ocorria contestar, e nem mesmo pôr em dúvida, a razoabilidade dessa ordenação. É anacronismo imaginar, na Idade Média, sentimentos e anseios de igualdade social que de todo inexistiam.

Esse anacronismo é apontado, de modo espirituoso, pelo historiador francês Frantz Funck-Brentano:

Na Idade Média (...) as relações dos homens entre si são regradas por prescrições estabelecidas, de cuja legitimidade ninguém tem a menor

⁵ *La vie au Moyen Age d'après les contemporains*. Paris: Hachette, 1949, p. 52.



dúvida. Ninguém cogita de protestar contra a sociedade tal como ela é (...) ou imagina que possa existir alguma mais bem construída, mas todos quereriam que ela fosse ainda mais completamente o que ela devia ser. Depois disso, é de muito engraçado ver nossos historiadores do século XIX, com Michelet à frente, pretenderem dar lições aos homens do século XII: – Vós tínheis, senhores, instituições que não vos eram convenientes. – Ora, ora, senhores, começai por considerar o modo como vós mesmos vos acomodais, antes de vos colocardes em nosso lugar e em nosso papel, para julgar das nossas coisas! Muito engraçada, realmente, é a vossa pretensão de nos vir ensinar, oito séculos depois de nós, qual deveria ter sido o nosso procedimento! ⁶

O anacronismo é erro muito comum entre os historiadores e mais comum ainda em não historiadores que se põem a escrever sobre História. Em filmes e seriados televisivos, então, campeia solto...

Anatopismo, erro similar ao anacronismo

O anatopismo é outro erro muito frequente. Parece-se com o anacronismo, mas dele se diferencia por não se referir a tempo, mas a lugar. O anatopismo é uma projeção errada feita no espaço físico e não no espaço temporal; não é um erro cronológico, mas topológico.

No século XVI, alguns índios brasileiros, tupinambás, foram levados à corte da França e lá causaram, como é compreensível, enorme sensação. A partir daí, se generalizou na França, e por extensão na Europa, a ideia de que todos os habitantes do Novo Mundo vestiam-se – ou melhor, não se vestiam – exatamente como os aborígenes brasileiros. Daí aparecerem, nos mapas e nos livros europeus dos séculos XVII e XVIII, ilustrações de incas ou quechuas, do alto da Cordilheira dos Andes, e de peles-vermelhas das gélidas áreas do Canadá, com a mesma indumentária dos índios brasileiros, ou seja, apenas com tangas. Esse é um exemplo típico de anatopismo.

Outro exemplo: num filme sobre as aparições de Fátima, produzido pelo cinema norte-americano na década de 1950, a aldeiazinha portuguesa em que a Virgem apareceu em 1917, foi filmada no México, num ambiente inteiramente mexicano, em que os homens até usavam aqueles *sombreros* imen-

⁶ *La Renaissance*. Paris: Arthème Fayard et Cie. Éditeurs, 1935.

sos... Na ótica de quem fez o filme, México e Portugal eram países latinos e de cultura ibérica; logo, não deviam ser muito diferentes...

Outro exemplo ainda de anatópismo pode ser encontrado em *Curial e Guelfa*,⁷ novela de cavalaria escrita por autor anônimo da Catalunha, na segunda metade do século XV, cem anos antes de Cervantes ter escrito *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*. Trata das aventuras e desventuras de Curial, jovem de origem modesta, mas muito bem dotado, que conseguiu alçar-se socialmente e se transformou no primeiro cavaleiro da Cristandade. Foi sucessivamente amado por três mulheres, em locais diferentes, e afinal, depois de um longo e acidentado percurso, conseguiu casar-se com a primeira delas, sua benfeitora Guelfa, duquesa de Milão.

A certa altura do enredo, Curial naufraga no Mediterrâneo e aporta no litoral africano, onde é aprisionado e tem que servir durante sete anos como escravo de um rico potentado mouro. A filha desse potentado, a bela e infeliz Camar, apaixona-se por Curial. É ela a terceira das três mulheres que o amaram. Acontece, porém, que essa jovem é prometida, por seu pai, ao sultão de Marrocos, que se apaixonara perdidamente por ela. No drama, impossibilitada de se casar com o escravo Curial e forçada pelo pai a aceitar o casamento com o sultão, Camar acaba se suicidando.

O anatópismo se nota numa passagem da rica e densa novela. A certa altura, quando o pai, tentando convencer a filha a desposar o sultão, argumenta que ela jamais encontraria outro esposo mais rico e mais poderoso, Camar, para ganhar tempo, declara pai que havia feito voto de desposar o próprio Alá, consagrando a ele sua virgindade.⁸ Aí, precisamente, está o anatópismo. Na Europa cristã, existiam conventos femininos onde mulheres consagravam a Deus sua perpétua virgindade; nas tradições culturais do Ocidente cristão, isso era costume já bem assentado, mas de todo inexistia no mundo maometano, onde a única destinação das mulheres era o casamento. O autor anônimo de *Curial e Guelfa*, entretanto, ao imaginar o contexto maometano, insensivelmente projetou para ele algo que era contemporâneo, mas somente existia em outro espaço físico.

7 ANÔNIMO. *Curial e Guelfa*. (Primeira tradução para o português e notas: Ricardo da Costa – Revisão: Armando Alexandre dos Santos. Estudo introdutório e edição de base: Antoni Ferrando). Santa Barbara (CA): EHumanista, 2011.

8 Op. cit., p. 369-370.



O anacronismo é menos frequente que o anacronismo. Mas também é bom tomar cuidado com ele...

* * *

Desafios e perspectivas para o ensino da História

Quais os desafios e quais as perspectivas do ensino da História, para as novas gerações? No meu modo de entender, se focalizarmos bem os desafios, poderemos ter uma visão, em perspectiva, do que nos espera nas próximas gerações.

O grande desafio, no momento presente, é que os jovens, neste início de século e de milênio, parecem ter perdido a noção histórica. Tradicionalmente, desde que o mundo é mundo, todos os seres humanos sempre se consideraram inseridos numa cadeia humana, como elos numa corrente. Cada pessoa se via inserida não só no espaço, geograficamente, num determinado contexto, mas também no tempo, historicamente, numa determinada sucessão biológica.

Essas duas dimensões humanas, tempo e espaço, eram muito claras para todos, até mesmo em culturas muito primitivas (desculpem o conceito “antropoliticamente incorreto”, como desculpem também o neologismo do advérbio...). Todo mundo se sentia num lugar e inserido numa comunidade que se projetava no tempo. Isso se manifestava de mil modos. Talvez o mais característico seja na Onomástica. Em todas as culturas, sempre e em todos os lugares, as duas formas mais usadas para designar um indivíduo sempre foram o local de procedência e a família da qual procede. Poderíamos elencar milhares de exemplos, mas basta citar alguns poucos exemplos bíblicos: Paulo de Tarso (indivíduo Paulo, nascido em ou proveniente de Tarso); Simão de Cirene, ou Simão Cireneu (indivíduo Simão, nascido em Cirene); Simão Bar Jonas (Simão, filho de Jonas); Jesus de Nazaré (Jesus, proveniente de Nazaré) etc.

No sistema clânico dos celtas, privilegia-se a noção da origem comum; em outras culturas, a preferência vai mais para a procedência geográfica. Mas sempre é essa dupla dimensão, tempo e espaço, que permite aos indivíduos se identificarem e se definirem diante de si mesmos.

Daí também as duas ciências irmãs, a História e a Geografia, serem tão

interligadas. Antropologicamente, as duas se explicam e se justificam por uma mesma necessidade psicológica inerente a todo ser humano: a necessidade de cada indivíduo se ver e se compreender a si mesmo, inserindo-se num conjunto humano e, ao mesmo tempo, diferenciando-se dos demais e individualizando-se.

Isso, repito, é inerente ao ser humano. Pois bem, é justamente isso que está em crise, e em crise profunda, no momento presente.

De um lado, a noção de espaço, no mundo moderno, se tornou muito relativa. Não só o transporte físico das pessoas foi facilitado, permitindo deslocamentos muito rápidos, mas sobretudo o transporte psicológico ficou instantâneo. A facilidade com que falamos hoje por telefone com qualquer parte do mundo é incrível. E, se entramos no mundo das tecnologias de computador, então, chegamos ao absurdamente incrível. Hoje, é possível fazer uma visita pormenorizada ao Taj Mahal, ou às Muralhas da China, ou aos castelos do Vale do Loire, sem sair de casa...

O mundo inteiro, tão imenso para nossos antepassados, virou uma pequena aldeia global. Faleceu recentemente em Portugal, aos 96 anos de idade, uma tia minha que nunca na vida tinha saído de duas pequenas aldeias, distantes uma da outra apenas 800 metros. Ela nasceu, casou, viveu, ficou viúva e morreu naquele pequeno mundinho. Nada mais conheceu a não ser aquilo. Isso, que hoje estranhamos tanto, durante milênios foi o habitual da imensa maioria das pessoas.

A relativização do espaço desorienta as pessoas, ainda que elas não se deem conta disso. Acredito que seriam necessárias muitas gerações até a espécie humana se adaptar convenientemente a essa transformação tão profunda nas suas condições de existência, que afeta tanto a vida cotidiana, o modo de ver o mundo e de cada qual se ver a si próprio.

Talvez mais ainda do que a relativização do espaço, a relativização da noção de tempo nos afeta. Antes, as transformações eram graduais, lentas, de geração em geração. Rupturas, sempre as houve na História, mas eram absorvidas com relativa facilidade, pela lenta sucessão das intermináveis continuidades. O elemento de continuidade e permanência marcava muito mais do que o elemento mudança. Hoje, as transformações são rapidíssimas, e cada vez mais o são. Nos últimos 200 anos, a Humanidade mudou mais do que em milênios. E nos últimos 20 anos, mudou mais do que em séculos inteiros.



Esses verdadeiros saltos no tempo produzem, nos indivíduos, e sobretudo nas gerações mais jovens, uma desorientação, uma insegurança, que afeta profundamente os indivíduos e pode afetá-los psicologicamente de modo muito acentuado. O fenômeno é recente demais para poder ser inteiramente avaliado, mas já dá sinais de sua existência e de sua periculosidade eventual.

Hoje, há muitos adolescentes que perderam completamente a noção de tempo, a noção de que se inserem numa cadeia humana. Muitos não conhecem nem os pais, não têm a menor noção de quem são seus avós, não sabem de onde provêm, onde se situam na humanidade.

Curiosamente, nestes tempos de tanta desorientação existencial renascem, com força nova, os estudos de Genealogia. É cada vez maior o número de pessoas que se dedicam a pesquisar seus ancestrais, talvez numa busca subconsciente de um elemento de segurança que lhes falta na vida moderna.⁹

O desafio, para nós, professores de História, é lidar com essa realidade. Despertar, nos espíritos dos jovens, esse gosto pelo estudo do acontecer humano ao longo do tempo, e ao mesmo tempo despertar o gosto de sentir-se, cada indivíduo, inserido nesse processo milenar – esse é o grande desafio.

É, também, o que permite ter alguma perspectiva futura. Como a rapidez das transformações que vivemos é excessiva, desproporcionada com a natureza humana, podemos contar com um poderoso elemento favorável: a necessidade psicológica natural que, mais cedo ou mais tarde, de uma forma ou de outra, se manifestará em todos os espíritos.

Estou convencido de que essa rapidez de transformações não pode continuar por muito tempo, sem que a humanidade inteira enlouqueça. Acredito que, num futuro talvez não muito distante, algum fato novo de natureza imprevisível intervenha no panorama e reequilibre o ritmo das transformações, estabelecendo naturalmente um elemento de controle no mecanismo rupturas-continuidades. Os franceses dizem que, quando se expulsa a natureza, ela volta a galope: “*Chassez le naturel, il reviendra au galop*”. Acredito que num futuro mais próximo ou menos, a História voltará a um ritmo mais adequado e menos vertiginoso. Essa a grande perspectiva, a meu ver.

⁹ Ver, a respeito, meu ensaio “*À procura de Tructesindo – Por que tanta gente hoje em dia pesquisa as próprias raízes?*”, publicado em 2005 no n. 44 da “Revista Brasileira”, da Academia Brasileira de Letras, p. 135-171, disponível em: <http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista-brasileira-44.pdf>



FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN: O HOMEM E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS

Resenha do livro

GLEZER, Raquel e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *Varnhagen no Caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

ALBERTO LUIZ SCHNEIDER
(sócio titular do IHGSP)

Acaba de sair *Varnhagen no Caleidoscópio*, publicado pela Fundação Miguel de Cervantes e organizado pelas professoras Lucia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer. É uma produção coletiva dedicada à obra (e à vida) do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), fruto do projeto Memória do Saber, financiado pelo CNPq. Além das organizadoras, o livro traz importantes contribuições de Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Guilherme Pereira das Neves, Arno Wehling e Temístocles Cezar, além de textos inéditos ou pouco conhecidos do historiador oitocentista.

O conhecimento dos textos “menores” de Varnhagen, aqui explorados, implica em duplo ganho: por um lado, subsidia a compreensão historiográfica e as circunstâncias de vida do primeiro historiador brasileiro a produzir uma história sistemática do Brasil, pautada pela documentação e pelo método científico, ao sabor do século de Leopold von Ranke. Por outro lado, permite entender a agenda política do Império, por meio da pena de Varnhagen, um letrado e diplomata devotado à consolidação da unidade do país e a serviço de Pedro II. A obra de Varnhagen – de certo modo comparável a de seu contemporâneo Alexandre Herculano (1810-1877) – ocupa uma posição canônica na historiografia brasileira, que só agora vem sendo estudada de modo mais sistemático.

A introdução (bio) bibliográfica – assinada por Raquel Glezer e Lucia Maria Paschoal Guimarães – é uma eficiente nota de apresentação do historiador em pauta. Os pais de Varnhagen – ele um militar alemão radicado em

Portugal, ela portuguesa – chegaram em Sorocaba, no interior da capitania de São Paulo, em 1809, (para atuar na mina de ferro existente na região) e retornaram ao Reino no princípio da década de 1820, onde o jovem Francisco cresceu. Em Lisboa, cursou o Real Colégio Militar da Luz, ingressando na carreira militar, quando tomou parte na luta contra as forças *absolutistas* de Dom Miguel. O seu engajamento liberal é um tanto surpreendente, se pensarmos no reconhecido conservadorismo do historiador maduro.

O percurso biográfico por certo não explica a obra, mas ajuda a compreender o monarquismo e a lusofilia de uma obra edificada em tempo de nativismo antilusitano, que marcaram alguns de seus contemporâneos, como Gonçalves Dias ou mesmo José de Alencar. Aliás, é importante lembrar que o Imperador Dom Pedro II, em 1844, havia transformado o estatuto legal de Varnhagen – um cidadão português, embora nascido no Brasil – em um brasileiro de direito pleno. A excepcionalidade do ato abriu caminho para que ingressasse na carreira diplomática, o que viria a criar as condições para que atuasse na Europa, especialmente em Lisboa e Madri, e pudesse ter acesso a livros, velhos mapas e documentos. O esforço de pesquisa e erudição culminou na *História Geral do Brasil*, publicada em 1854 e 1857, garantindo a Varnhagen um lugar nas letras brasileiras do século XIX.

A operação historiográfica – para dizer como Michel de Certeau – tem no historiador o agente que opera seleções (de fontes, de episódios, recortes, foco, perspectiva etc.), capaz de gerar sentido e inteligibilidade à narrativa. *Varnhagen no Caleidoscópio* tem o mérito de investigar as circunstâncias do historiador. Ao afastar-se da *História Geral do Brasil* e contemplar textos “menores”, emergiram nítidas as perspectivas que animaram o conjunto de sua obra, marcadas pelo século XIX, inclusive uma de suas maiores obsessões: a construção do Estado-nação. O livro permite vislumbrar os vasos comunicantes entre a obra historiográfica e o percurso do sujeito que a escreveu, desde os interesses miúdos – o emprego, o prestígio, a nomeação – até as questões de fundo, como as convicções políticas. Varnhagen quis contar a História do Brasil, tanto quanto viabilizar o Estado e a nacionalidade brasileira, cujo risco de desagregação estava vivo na consciência dos que viveram a consolidação do Império.

* * *



Raquel Glezer explorou a epistolografia de Varnhagen, em particular as cartas trocadas entre ele e Cunha Rivera. Eis um tempo marcado pela consciência da decadência portuguesa e pela profunda crise política e econômica que marcou a primeira metade do século XIX. Nessas linhas aparece um jovem de tendências liberais, leitor de Herculano e próximo do Cardeal Saraiva – um eclesiástico liberal interessado em documentos históricos e no passado português. Todos eles participaram da Academia Real das Ciências de Lisboa, inclusive Varnhagen, aceito em 1839, apenas um ano antes de cruzar o Atlântico. Glezer nota que “*depois de vivenciar o caos político e econômico de um reino em crise, um emprego público lhe parecia a melhor oportunidade para fazer o que gostava – ler manuscritos, frequentar arquivos e bibliotecas [...], viajar pelo mundo*” (p. 53-54). A autora sugere que, se havia um atilado senso de oportunidade em pleitear um emprego público no Brasil, havia também legitimidade no pleito.

Lotado em Madri, entre 1847 e 1858, Varnhagen atuou mais como letrado e historiador do que como diplomata. O mesmo não se sucederia nos anos subsequentes, quando ocupou postos de representação diplomática no Paraguai, na Venezuela, no Peru e (sobretudo) no Chile. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves, ao contemplarem os anos sul-americanos de Varnhagen, insistem na diferença de perspectiva entre o brasileiro e os letrados hispano-americanos, em especial Diego Barros Arana (1830-1906) – autor de *História General de Chile*, em 16 volumes – com quem Varnhagen trocou cartas, publicadas e comentadas no livro em questão. Enquanto o historiador brasileiro – pombalino, adversário do jesuitismo, para quem o Brasil unido fora uma criação dos Braganças – não conferiu importância à Independência, o chileno fez da ruptura com a Espanha o clímax de sua obra. Varnhagen não via uma ruptura absoluta com o passado colonial, diferente dos liberais hispano-americanos, críticos ardorosos do despotismo espanhol (p. 95). Razão pela qual Varnhagen assumirá um liberalismo monárquico, em desacordo com as tradições republicanas hegemônicas na América hispânica, como era o caso de Arana, mas também do argentino Bartolomé Mitre e muitos outros intelectuais que partilhavam do debate público da época. Mais do que mera desavença intelectual, a divergência ilustra o particularismo da experiência brasileira, a mesma que Varnhagen assumiu a tarefa de narrar (e defender).

Lucia Maria Paschoal Guimarães comenta um texto até agora inédito,

intitulado “Grande jornada a vapor – Quinze estados percorridos em 14 dias”. Encontrado no Arquivo Histórico do Itamarati, em 2005, o escrito reporta as impressões que Varnhagen teve acerca de uma rápida viagem (para os padrões da época) aos Estados Unidos, em 1867, quando se retirava de Guayaquil e rumava ao Rio de Janeiro. A viagem não foi informada aos seus superiores no governo brasileiro e, talvez por isso, o texto jamais foi publicado.

Varnhagen, em diálogo com a obra de Tocqueville, ficou espantado com o “progresso” das cidades norte-americanas e com a liberalidade dos costumes, inclusive das mulheres. Deixou clara a simpatia pelas largas avenidas de Nova Iorque, pela organização dos hotéis e pela eficiência da companhia de navegação que fazia o trajeto entre a cidade e Albany. Mas não se constrangeu em expressar o choque ao saber que as moças solteiras podiam sair à rua e ao teatro, e mesmo viajar sozinhas com um homem solteiro. As jovens eram forçadas a “*migrar para o far west ou à Califórnia*”, já os rapazes podiam enfrentar o “*revólver do pai ou do irmão*”, registra Varnhagen. Com o tom professoral que lhe era peculiar, não deixou de receitar mudanças:

Ultimamente já muitas mães têm educado suas filhas sem subordinação a semelhantes usos que seriam muito bons em tempos patriarcais, mas que não são em nossos dias [...]. É necessário, porém, para melhor introduzir esta reforma mudar um pouco o sistema de educação das meninas, evitando que entrem nas pensões, e fazendo que elas comecem por aprender antes a ser modestas e religiosas, e boas donas de casa do que damas fantásticas, só pensando em aparatos de saber e línguas, ostentar rudimentos de ciências, não só físicas e naturais como até matemáticas, e escravas em excesso do luxo no vestir, no que são tão extremosas as norte-americanas, que saem sempre caras a um marido por mais que seja o dote que tragam. (p. 147)

A percepção de Varnhagen, conservadora em relação à moralidade média das elites liberais de seu tempo, é um traço marcante de sua personalidade. Em outro tema, Lucia Maria observa que a antipatia em relação aos índios, evidente na *História Geral do Brasil*, reaparece prosaicamente na viagem, quando critica as tabacarias por “*ostentarem nas portas bonecos ‘extravagantes e de mau gosto’, representando ‘índios selvagens’, ‘de caras carrancudas e turbante de penas coloridas’*” (p. 123).



Arno Wehling, em um dos melhores momentos do livro, investiga o *Memorial Orgânico*, que Varnhagen publicou na Espanha, em 1849, com uma segunda versão, modificada, em 1851, também publicada na revista *Guanabara*. No *Memorial Orgânico* – aqui publicado com notas de Wehling –, Varnhagen propõe reformas políticas e econômicas de modo a garantir o progresso e a nacionalidade, duas das mais caras agendas do século XIX, sugerindo inclusive a transferência da capital para um lugar no centro do Brasil. Apesar do tom reformista – patente na crítica ao tráfico negroiro – a direção política da obra de Varnhagen é sempre pela “ordem”, pela estabilidade social e a homogeneização étnica. A questão em torno da escravidão é paradigmática. Refere-se aos defensores do tráfico como:

Egoístas Insensatos! E sacrificais do futuro do vosso país a um conto de réis de menos ou de mais para alfândega! [...] Quereis pois o vosso Brasil daqui a séculos igual ao continente da África fronteiro e vossos netos reduzidos a condição de servos dos netos dos africanos? (p. 254)

Não é o destino dos africanos que importa, mas sim o do Brasil. A manutenção do tráfico estaria em desacordo com um futuro ocidental desejável, em conformidade com a moderna civilização ocidental. Varnhagen considera a escravidão, em certos casos, legítima, lastreada nos Evangelhos e nos autores clássicos, criticando os “filantropistas”, termo que o historiador identificava, no plano político, a Robespierre e Marat, e em sentido filosófico, a Voltaire e Rousseau.

Para seu liberalismo conservador, o problema está menos na instituição escravocrata e mais na presença dos africanos. Quer vê-los substituídos pelos imigrantes europeus, pois, argumenta, “o trabalhador europeu não se atreve sem vexame a pegar na enxada ao lado do escravo” (p. 255). Para Varnhagen, a questão dos escravos não deve ser tomada “pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não por acharmos infame o tráfico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil [...]” (p. 257). Coerente com essa visão, ele defendeu a escravização temporária dos “índios bravos” por meio de um “sistema de bandeiras”. A captura dos índios “não tem de ser feita à custa do governo”, mas por agentes privados, que seriam recompensados pelo trabalho dos cativos por um período determinado:

Ora, para conservar os terrenos assim conquistados à barbárie, e é necessário fazer prisioneiros seus habitantes e como o governo não poderia encarregar-se de sua educação e manutenção, eis chegada a ocasião de recompensar os serviços dos chefes das bandeiras (e estes a dos seus sócios), concedendo-lhes a tutoria e protetorado, por 15 anos, sobre seus prisioneiros, obrigando-se a tratá-los bem, a doutriná-los na nossa religião, etc. etc. (p. 261/262)

A proposta de evidente tom “colonial” foi duramente criticada por João Francisco Lisboa e Gonçalves de Magalhães, a quem chamava de “pseudofilantrópicos” e “filotapias”. Varnhagen tinha plena consciência do que propunha, tanto que criticava o racionalismo legal importado da França, em defesa da experiência jurídica herdada da colônia. Cita os Estados Unidos como exemplo de “crueldade” por “*exterminarem a raça vermelha*”. Sua proposta seria mais branda, jacta-se, pois não implicaria no extermínio físico, apenas cultural. Varnhagen, em conformidade com os ideais nacionalistas oitocentistas, pleiteava a homogeneidade da população, argumentando que a existência de “raças” diferentes, não assimiladas, enfraqueceria a unidade nacional e a homogeneidade da população. O “branqueamento da raça”, que ganharia foros de cientificidade no fim do século XIX, está aqui já perfeitamente esboçado.

Além de propor a “reforma” da população brasileira, outro conjunto de propostas perfiladas pelo reformismo liberal-conservador de Varnhagen está na reestruturação do Estado e do governo. Uma das mais significativas é a proposição de inteira reorganização das províncias, com criação de novas unidades e fusão de outras, redesenhando todo o ordenamento político administrativo, de modo que tivessem tamanhos, populações e economias minimamente comparáveis. No extremo meridional do Império nasceria o “departamento da Fronteira Sul”, com capital em Bagé, dividindo o Rio Grande do Sul. São Paulo seria dividido, de modo que a parte sul daria lugar ao departamento que poderia se chamar “Curitiba”, cuja capital seria Ponta Grossa (a única proposta que, *grosso modo*, materializou-se, ainda que com outra capital e outro nome). O departamento de São Sebastião juntaria o Rio de Janeiro com a “antiga comarca do Rio das Mortes”, estendendo-se da Guanabara até Goiás. O que hoje é o Norte e o Nordeste brasileiro seria todo redesenhado. Nasceria, por exemplo, o “*departamento que propomos se chame das Estrelas do Norte*”, junção do Rio Grande do Norte e da Para-



íba, tendo como centro a “bem situada vila de Souza (Paraíba)” (p. 243). Na Amazônia haveria o “Departamento do Grão-Pombal”, em “memória do estadista, a quem o Brasil, e sobretudo, o Grão-Pará tanto deve”. Eis apenas alguns dos dezenove departamentos propostos por Varnhagen.

Outra proposta é a edificação de uma “nova capital”, que deveria ser construída do zero (e não em núcleo já existente, especifica Varnhagen). Seria chamada de Imperatária, localizada no centro geográfico do país, onde “se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dois dos grandes rios que abraçam o Império”. Deixa claro que a nova capital deve ser ligada ao litoral com estradas de ferro e serviria como estratégia de defesa e de interiorização da população. Chega a evocar o exemplo de Felipe II, que no século XVI levou a capital para Madri, no centro das Espanhas.

Em meados do século XIX – quando Varnhagen escreveu o *Memorial Orgânico* (1849-1851) e se preparava para escrever a *História Geral do Brasil* (1854-1857) – o tempo da Independência estava vivo na memória dos homens da época, como estava viva também a memória das revoluções europeias – em particular, a Revolução Francesa. O paradigma liberal e a perspectiva nacionalista vicejavam no Ocidente. Varnhagen lia o presente e o passado com essa premissa moderna. Por isso, o empenho em viabilizar a identidade nacional – nas letras e nas consciências – e o esforço em contribuir para a formação de um povo identificado com a civilização – daí, a oposição a tudo que soasse indígena e africano. Convém lembrar que na Europa daquele tempo despontava um discurso evolutivo e cientificista que justificaria a supremacia do homem Europeu. Nos Estados Unidos as campanhas contra os índios estavam a pleno vapor, e, na Argentina, poucos anos depois – em nome do progresso, da civilização e da nação – punha-se em marcha *conquista del Desierto* (1878-1885), comandada pelo General Rocca. Era o Estado Nacional mobilizado contra os indígenas americanos, a fim de impor a temporalidade ocidental. Era o que também propunha Varnhagen, ainda que seu projeto guardasse tom colonial.

Varnhagen defende uma “população compacta”, uma nação una e íntegra, etnicamente homogênea, ou ao menos hegemonicamente branca e ocidental. Como o Brasil estaria atrasado – ideia profundamente identificada com a noção de progresso, cara à modernidade – seria necessário evitar a pura e simples cópia das leis e das ideias inglesas e francesas, mas emular

“as providências da idade em que nasceu [...] a civilização que atravessa a Orbe, estudemos a marcha dos povos da Europa desde IX ao século XIV, pois foi quando se constituíram para durar até agora as suas várias nacionalidades e as diferentes línguas com suas literaturas” (p. 313). Trata-se de uma consciência historicista e liberal que, no fundo, quer apressar o ritmo da história brasileira, cujo destino teleológico é a civilização moderna, branca e ocidental. Embora liberal e reformador, Varnhagen é conservador, identificado com a monarquia constitucional e partidário da ordem, propondo reformas lideradas pelas classes patricias, em que o temor do “caso Haiti” povoou grandemente as consciências de um país de longa tradição escravocrata. O *Memorial Orgânico* – enfatiza Arno Wehling – não deve ser entendido como um programa de governo, mas uma obra que tem como *“perspectiva o Estado e a definição de políticas estatais que transcendam o caráter conjuntural dos governos”* (p. 197). Trata-se de um projeto de sociedade que, diga-se, em grande parte foi vencedor.

Temístocles Cezar analisa “A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios”, texto de Varnhagen publicado originalmente em francês, em 1876. Nele, o velho historiador explora uma questão: seriam os “selvagens” descendentes dos antigos? Teriam os antigos conhecido à América? Os índios seriam autóctones? A questão – demonstra Temístocles – ocupava os eruditos dos séculos XVI e XVII. Explorações intelectuais análogas apareceram também no século XIX. Carl Friedrich von Martius retoma a questão, bem como os literatos românticos do Brasil de meados do século. Aliás, Varnhagen foi objeto de crítica e antipatia por parte dos escritores identificados com o indianismo literário, em função de seu pronunciado sentimento anti-indígena, pesando contra ele a imagem de pouco brasileiro e muito monarquista. O próprio historiador confessa: *“o horror pela selvageria nasceu em mim em meio dos nossos sertões, e em presença, digamos assim, dessa mesma selvageria”* (p. 327). Trata-se de uma alusão à ameaça de ataque que sofreu, em 1840, na província de São Paulo, quando se dirigia a Sorocaba. Crítico feroz dos iluministas, especialmente Rousseau (e de revolucionários como Robespierre e Marat), também criticava acerbamente – desde a década de 1840 – o romantismo indianista, ou, como preferia, o *“brasileirismo caboclo”*. Não apenas no *Memorial Orgânico* (1849-1851), mas também na *História Geral do Brasil* (1854-1857) havia se referido aos índios como *“falsos e infelizes; inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados [...]”*; dota-



dos de uma quase estúpida brutalidade, e difíceis de abalar-se de seu gênio fleumático”.¹

Temístocles Cezar explora a temporalidade de “antigos”, “modernos” e “selvagens”. No Brasil do século XIX – em que a oposição entre “modernos” e “selvagens” predominava – o debate foi entrelaçado à retórica da nacionalidade. Era preciso encontrar um lugar para os índios, de modo que os brasileiros se persuadissem acerca de um passado (e de um futuro) comum. Seriam eles autóctones ou “imigrantes”? Temístocles cita a resposta do historiador a Gonçalves de Magalhães, em “*Os índios perante a nacionalidade brasileira*”, texto publicado no segundo tomo da *História Geral do Brasil*, de 1857: “*Os tupis nada mais eram do que os últimos invasores do território, hoje brasileiro*” (p. 329). No fundo, Varnhagen queria questionar o argumento segundo o qual os indígenas seriam os legítimos donos do território.

Em “A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios”, o historiador apresenta os ameríndios como “invasores”, ou seja, como remotos imigrantes, oriundos do mundo antigo. Os tupis, como os bascos, os turcos, os húngaros e os egípcios seriam descendentes das populações “uralo-altaicas”, ou “turanianos”. Os tupis, portanto, tinham sua origem entre os velhos povos mediterrâneos, sendo igualmente invasores na América (como os portugueses e os espanhóis o seriam depois):

Encontram-se na língua tupi um grande número de palavras dos antigos povos do Mediterrâneo, o que somente poderia ser a consequência de uma imigração, salvo a crença em algum milagre, ou um concurso impossível de fatalidades que uma vez articulada teriam induzido a humanidade ao erro. (p. 447)

A selvageria dos índios – que Varnhagen dizia não entender como podiam despertar a simpatia de “filósofos” e “poetas” – teria de ser enfrentada pelo Estado, visão decorrente de sua interpretação da história do país, como bem sintetiza Temístocles:

O Brasil desse modo é um herdeiro da civilização transladada pelo império português, cuja origem civilizacional encontrava-se nos fenícios,

1 VARNHAGEN, Francisco. Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid/Espanha: Imprensa da Viúva de Dominguez, 1854.

gregos e romanos. A civilização não era exatamente uma opção de sociedade, mas o efeito de um longo itinerário que deveria ser repassado como uma herança mnemônica do ser humano, como um patrimônio cultural e político sem o qual não se poderia viver. (p. 324)

* * *

Não é fácil avaliar uma obra coletiva que, por razões óbvias, não comporta uma unidade estilística e conceitual, o que é, ao mesmo tempo, um custo e um benefício. Se o custo é certo desequilíbrio entre as partes, o benefício é a pluralidade, não só de objetos, mas de olhares. *Varnhagen no Caleidoscópio* é uma notável contribuição para o entendimento das condições políticas, institucionais e existenciais que levaram à construção de *História Geral do Brasil* (1854-57), e nisso reside a melhor contribuição do livro em análise. O historiador, por definição, fala de algum lugar – político, cultural, institucional, nacional/regional, de classe, gênero, etnia – questões essas que compareceram nesse conjunto de textos e que iluminam os muitos *não-ditos* (Michel de Certeau) que habitam todo e qualquer texto escrito sob a égide de *Clio*.



DOM PEDRO II: IMPRESSIONANTE DESAPEGO PELO PODER

Resenha do livro

BARMAN, Roderick J. *Imperador cidadão – e a construção do Brasil*. Trad. de Sônia Midori Yamamoto. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CÁSSIO FERNANDO FRANÇA DE NEGRI¹

Roderick J. Barman é um brasilianista nascido e criado na Inglaterra, foi professor nos Estados Unidos, morou um tempo no Brasil e atualmente vive no Canadá, onde é professor de história na Universidade da Colúmbia Britânica. Seu livro é escrito de forma totalmente isenta. O autor relata já na introdução que não tinha originalmente a intenção de escrever a biografia do Imperador, mas após 35 anos pesquisando sobre política e sociedade brasileiras, voltava inexoravelmente à figura de D. Pedro II como a chave para compreender o desenvolvimento do nosso Brasil como moderno Estado-nação.

Quando Dom Pedro II assumiu o poder, o Brasil era independente fazia menos de 20 anos, reunindo 19 províncias que tinham em comum apenas o idioma português e a antiga colonização por Portugal, agora reunidas sob um vasto império, prestes a se fragmentar, conectado entre si apenas por distantes rotas marítimas. Sua população, proporcionalmente muito pequena para a vastidão do país, era em sua ampla maioria analfabeta e infectada pela chaga da escravidão, profundamente arraigada na vida dos brasileiros ao ponto de até escravos possuírem escravos. O livro trata em detalhes dos quase 50 anos do reinado de Dom Pedro II, que consolidou ao longo do seu reinado um Estado-nação unido e em pleno funcionamento.

No plano internacional encarou enormes desafios, defendendo em pri-

¹ Médico especialista em Diagnóstico por Imagem e colaborador habitual da “Revista da Associação Paulista de Medicina, Regional de Piracicaba”.

meiro lugar sempre a honra do Brasil, como no conflito com a poderosa Inglaterra, na questão Christie, não se intimidando diante do poderio da esquadra inglesa, e mais tarde na Guerra do Paraguai, quando a integridade territorial do Brasil foi seriamente ameaçada. Extremamente patriota, nunca recuou diante das ameaças e foi o primeiro voluntário da Pátria rumando para Uruguaiana, apesar das recomendações em contrário dos que temiam pela sua segurança.

Em seu longo reinado, Dom Pedro II, de maneira diligente, paciente e perseverante, sempre demonstrou um impressionante desapego pelo poder, que encarava muito mais como um pesado fardo, uma obrigação a ser cumprida em nome da Pátria, já que, pessoalmente, preferiria ser professor. Mas esse desapego não o impediu de exercê-lo de fato e de dar sua marca ao Brasil moderno. Mediava os conflitos e dava a palavra final, sem se envolver diretamente em disputas pessoais nem tomar partido. Acima de tudo, era sempre o primeiro a dar o exemplo. Até mesmo os republicanos eram por ele protegidos, e a liberdade de imprensa era para ele sagrada. Logo após a publicação do Manifesto Republicano, o presidente do Conselho de Ministros, marquês de São Vicente, sugeriu que o Imperador banisse dos empregos públicos quem tivesse convicções republicanas, lembrando que tal banimento era aplicado na Inglaterra contra os republicanos, e nos Estados Unidos, contra os monarquistas. O Imperador, ignorando essa sugestão, respondeu que *“se os brasileiros não me quiserem para seu imperador, irei ser professor”*.

Considerava *“a educação a base mais sólida da civilização de um país”*, fundando muitas escolas, e fortalecendo as instituições de ensino. Visitava e supervisionava pessoalmente as escolas do Rio de Janeiro e das províncias que visitasse. De seu próprio bolso, bancava bolsas de estudo para jovens talentosos na Europa, nas universidades, escolas de arte e conservatórios de música.

Era notável seu amor pelos livros, paixão pelas ciências e pela cultura em geral. Ficou amigo pessoal de grandes escritores e cientistas da sua época, como Victor Hugo, Charles Darwin, Freud, Thomas Edison, Graham Bell e Pasteur, entre outros.

O lado mais interessante do livro, no entanto, é a sua faceta pessoal, marcada pelas grandes perdas e dramas da infância, depois sempre reservado e discreto no trono. Foi durante seus anos no exílio, no entanto, que mais do que nunca fez jus ao seu título de *“o Magnânimo”*.



Quando deposto em 1889, sendo avisado que deveria partir imediatamente, nas primeiras horas da madrugada, corajosamente recusou-se a embarcar como um fujão para a Europa. Efetivamente só concordou em partir quando os militares argumentaram que sangue brasileiro seria derramado, pois haveria conflitos e manifestações se o embarque fosse realizado durante a luz do dia. Esse temor era fundamentado, já que o Imperador era muito querido, principalmente pelas classes populares.

Mesmo passando dificuldades financeiras e em parte vivendo com a ajuda de amigos, recusou uma grossa pensão que o regime republicano lhe dispôs no exílio. Jamais recriminou o novo regime, antes, era ávido por notícias do Brasil e torcia para o sucesso e prosperidade do país republicano. Jamais participou ou apoiou nenhuma trama restauracionista do seu trono ou da monarquia.

A ausência de amargura e a generosidade do imperador deposto impressionavam a todos. Sua atitude em relação ao regime republicano era cordial, condescendente e até paternal. Lamentou profundamente a morte de Benjamin Constant, quando lhe contaram que este faleceu doido: *“Pobre homem. Conheci-o muito e o apreciava. Inteligência culta, coração puro!”*

Suas últimas palavras foram: *“Deus me conceda esse desejo: Paz e prosperidade ao Brasil!”*. Seu genro, o conde d’Eu, encontrou entre seus pertences um travesseiro com terra, onde estava escrito: *“É terra de meu país; desejo ser enterrada com ela caso morra fora de minha pátria”*.

O funeral concedido pela república francesa foi solene, com honras de chefe de estado, proclamando suas virtudes pessoais que distinguiam seu império das outras monarquias. O governo brasileiro respondeu de forma irada, tanto por querer esconder esses fatos, como por se sentir traído pelo próprio regime que inspirou os republicanos brasileiros. Aqui, o sentimento de pesar foi generalizado, mas todas as manifestações populares foram duramente reprimidas pelo governo.

A história que, pelo menos a minha geração, aprendeu nos bancos escolares foi uma história de viés marxista, onde todos os fatos eram consequências das forças econômicas e da luta de classes, história de opressores e oprimidos, da burguesia contra o proletariado, sendo o papel dos indivíduos insignificante. Essa historiografia marxista praticamente acabava com os heróis nacionais, sendo os personagens simples marionetes movidas exclusivamente pelas forças econômicas. Segundo essa ótica esquerdista, a Guerra

do Paraguai, por exemplo, foi consequência de interesses econômicos da Inglaterra, que queria ver o modelo econômico do Paraguai destruído, e não de disputas territoriais na importantíssima região do Prata. Na verdade, o Brasil é que na época estava em litígio com a Inglaterra, não o Paraguai.

Após ler essa biografia, tenho comigo que Dom Pedro II é um dos nossos grandes heróis nacionais, figurando ao lado de outros grandes como José Bonifácio, Dom Pedro I, Santos Dumont, Nóbrega e Anchieta, Tibiriçá, e tantos e tantos outros.

Por que o Brasil é o Brasil, e os Estados Unidos são os Estados Unidos? Veja-se como cada um desses países trata seus heróis nacionais no cinema e na cultura, como eles repercutem no imaginário do povo, e se encontrará uma das grandes diferenças.

Heróis nacionais não são santos, é verdade. Têm qualidades e defeitos, acertos e erros. São humanos, e daí vem a sua maior grandiosidade. Mas são muito importantes por serem modelos para o povo. Aqui no Brasil, tendemos a achar e a exaltar sempre o lado pior das nossas personalidades históricas, e veja-se no que se transformou o brasileiro típico, aquele da Lei de Gerson... Nos Estados Unidos, o foco é sempre colocado nas qualidades e nos valores dos seus heróis (o que acaba refletindo na autoestima e cultura do povo). Lá, não se exalta algum hábito extravagante, não se pergunta se os heróis tinham alguma falha de caráter, ou algum hábito ridículo. Afinal, são humanos. Aqui no Brasil, só olhamos os defeitos deles, inclusive salientando fofocas e calúnias, muitas vezes exageradas ou até mentirosas. No caso de D. Pedro II, muito mal à sua imagem, que repercute até hoje, foi espalhado pela propaganda da República Velha, até que, não por acaso, uma outra figura forte da nossa história, Getúlio Vargas, novamente o restaurou como um herói nacional, ao lado de outros, não importando se republicanos ou imperiais.